



**ESCOLA BÁSICA INTEGRADA
FRANCISCO FERREIRA DRUMMOND**

**SETEMBRO
2022**



ESTRATÉGIA EDUCAÇÃO PARA A
CIDADANIA
ESCOLA

1 **Enquadramento**
P. 3

2 **Objetivos**
P. 5

3 **Estratégias de Operacionalização**
P. 7

4 **Domínios**
P. 9

5 **Projetos**
P. 14

6 **Parcerias**
P. 16

7 **Avaliação das Aprendizagens**
P. 17

8 **Avaliação EECE**
P. 19

9 **Documentos de Referência**
P. 20

1. Enquadramento

São vastos e complexos os desafios colocados à educação, no quadro da sociedade atual. Como se pode ler na Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania (ENEC):

«Hoje vivemos num mundo com problemas globais como as alterações climáticas, os extremismos, as desigualdades no acesso aos bens e direitos fundamentais e as crises humanitárias, entre outros, em que a solução passa por trabalharmos em conjunto, unindo esforços para encontrar soluções para os desafios que ameaçam a humanidade. O futuro do planeta, em termos sociais e ambientais, depende da formação de cidadãs/ãos com competências e valores não apenas para compreender o mundo que os rodeia, mas também para procurar soluções que contribuam para nos colocar na rota de um desenvolvimento sustentável e inclusivo.»

Como tal, exige-se atualmente à Escola que se reconfigure, a fim de responder às exigências destes tempos de imprevisibilidade e de mudanças aceleradas. Por conseguinte, a **Estratégia de Educação para a Cidadania da Escola** (EECE), que agora se apresenta, configura-se como documento orientador, procurando responder, nesta Escola, no quadro do sistema educativo, da autonomia das escolas e dos documentos curriculares em vigor, aos desafios enumerados pela ENEC.

Com esse intuito, articula os procedimentos, estratégias, metodologias e processos que aqui se desenham com o Plano Educativo de Escola (PEE), com o Plano Anual de Atividades (PAA) e com os diversos Projetos em vigor na Escola, que concorrem para o estabelecimento e alargamento da sua Dimensão Europeia, como disso sejam exemplo os projetos Erasmus+, a Rede de Escolas Associadas da UNESCO, a Escola Azul ou os projetos eTwinning.

Assim, e mantendo como horizonte o Perfil do Aluno à Saída da Escolaridade Obrigatória, a EECE procura contribuir, além das competências específicas que desenvolve nos espaços curriculares de que dispõe, para estimular a aquisição das aprendizagens essenciais em todas as áreas curriculares, assegurando contextos de sentido para essas aprendizagens, ancorados nos valores humanistas europeus e ocidentais.

Desta forma, a área curricular de Cidadania e Desenvolvimento configurará um espaço transdisciplinar que, mesmo operacionalizado em espaços curriculares próprios, visa a articulação de todas as áreas sob o foco de uma cidadania autónoma e responsável para o século XXI.

Enquadramento legal:

- **Despacho n.º 6478/2017**, de 26 de julho. Publica o Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória e que se constitui como um referencial para o desenvolvimento curricular e para o trabalho a realizar em cada escola, respondendo aos desafios sociais e económicos do mundo atual, alinhados com o desenvolvimento de competências do século XXI;

- **Decreto-Lei n.º 54/2018**, de 06 de julho. Estabelece os princípios e as normas que garantem a inclusão de todos e de cada um dos alunos.

- **Decreto-Lei n.º 55/2018**, de 06 de julho. Reforça a importância da Educação para a Cidadania.

- **Portaria n.º 223-A/2018**, de 3 de agosto. Define as regras e procedimentos inerentes à concepção e operacionalização do currículo do Ensino Básico, das ofertas educativas, bem como da avaliação e certificação das aprendizagens, tendo em vista o Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória.

2. Objetivos

A dimensão da Cidadania é de tal maneira basilar na formação das crianças e jovens, atendendo aos desafios que a sociedade moderna lhes apresenta e face às competências que lhes exige, que a Cidadania foi definida como uma das áreas de intervenção prioritária do *Plano Educativo de Escola* desta Unidade Orgânica (Figura 1).



Figura 1 – Esquema conceptual do Projeto Educativo de Escola em vigor.

Nesse documento pode ler-se:

«Pretende-se que os alunos, assumindo a consciência de si, dos outros e do meio em que se inserem, sejam e venham a ser capazes de desempenhar um papel ativo nas suas comunidades. Este objetivo consegue-se, simultaneamente, através de conhecimentos e de valores, mobilizando atitudes e capacidades, e contribuindo assim

para a formação de cidadãos inteiros, empenhados e comprometidos com as realidades da comunidade em que se inserem.»

Desta forma, no seu âmbito, foram definidos os seguintes objetivos, para os quais concorrem todas as atividades dinamizadas e metodologias desenvolvidas no âmbito da Cidadania e Desenvolvimento:

- Promover o envolvimento e a participação dos alunos na tomada de decisões da comunidade escolar e fomentar a sua autonomia;
- Desenvolver a consciência crítica;
- Promover valores de tolerância, igualdade, solidariedade e responsabilidade;
- Promover a consciência ecológica e de sustentabilidade ambiental;
- Respeitar a igualdade de género e a diferença;
- Promover o envolvimento cívico na Escola e na comunidade;
- Fomentar o bom uso da Língua Portuguesa, escrita e oral;
- Desenvolver competências socio emocionais.

Como mencionado, a sua operacionalização decorre como processo imanente ao [Projeto Educativo de Escola](#), ajustada às práticas escolares decorrentes da experiência de implementação da Autonomia e Flexibilidade Curricular e como parte integrante de diversos projetos de cariz europeu em curso na escola.

No cerne destas estratégias, encontram-se todos os pressupostos emanados da [Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania](#) (apresentando um conjunto de direitos e deveres fundamentais para a formação cidadã das crianças e dos jovens portugueses, com vista à promoção de uma conduta cívica futura que privilegie a igualdade nas relações interpessoais, a integração da diferença, o respeito pelos Direitos Humanos e a valorização de conceitos e valores de cidadania democrática), os Princípios, as Áreas de Competência e os Valores definidos no [Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória](#) (que confluem para a formação do indivíduo como cidadão participativo, iniciando o exercício da cidadania ao longo da vida) e as [Aprendizagens Essenciais](#) (que elencam os domínios a desenvolver na componente de Cidadania e Desenvolvimento para o Ensino Básico).

3. Estratégias de Operacionalização

A Cidadania não se aprende por processos retóricos e ensino transmissivo, mas por processos vivenciais que sustentam a cultura escolar, assente numa lógica de corresponsabilização entre todos os intervenientes da comunidade educativa. Assim sendo, a sua inserção no currículo requer uma abordagem transversal, tanto nas diversas áreas disciplinares como em atividades e projetos, desde a educação pré-escolar ao ensino secundário.

Nesta Unidade Orgânica, a Educação para a Cidadania consubstancia-se em três formas distintas de operacionalização da componente de currículo Cidadania e Desenvolvimento, de acordo com o nível de ensino e numa abordagem de *Whole School Approach* (Figura 2).



Figura 2 – Operacionalização da Cidadania e Desenvolvimento por ciclo de ensino.

Conseqüentemente, a Cidadania e Desenvolvimento constitui-se, no 1.º ciclo do ensino básico, como área de natureza transdisciplinar, potenciada pela dimensão globalizante do ensino nestas etapas. Integrada transversalmente no currículo, é da responsabilidade do docente titular de turma, decorrente da matriz de domínios a trabalhar e das competências a desenvolver definidos em Conselho de Departamento da Educação Pré-Escolar e 1.º CEB e aprovados pelo Conselho Pedagógico, de acordo com a EECE.

Nos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico, a Cidadania e Desenvolvimento constitui-se como área curricular autónoma semanal, com um tempo letivo de 45 minutos, sendo da responsabilidade de um docente e decorre da matriz de domínios a trabalhar e das competências a desenvolver ao longo do ano, definidos de acordo com a EECE no início do ano letivo. Enquanto disciplina autónoma, a Cidadania e Desenvolvimento constitui-se como espaço potenciador da valorização de uma abordagem interdisciplinar ao nível do Conselho de Turma, com base na Autonomia e Flexibilidade Curricular. A mesma tem cariz anual, sendo a sua avaliação sumativa no final do ano letivo (ver Ponto 7).

No final de cada semestre, deverá constar da ata da reunião do Conselho de Turma o balanço do trabalho desenvolvido em Cidadania e Desenvolvimento, devendo ser registadas no programa SGE todas as informações relevantes e demonstrativas do desempenho de cada aluno, que serão depois incluídas na certificação final.

A abordagem ao nível global da escola prevê ainda que toda a escola deve assentar as suas práticas quotidianas em valores e princípios de cidadania, de forma a criar um clima aberto e livre para a discussão ativa das decisões que afetam a vida de todos os membros da comunidade escolar. A diversidade de metodologias e de práticas pedagógicas adotadas na escola deve ser indutora à aplicação em experiências reais de participação e de vivência da cidadania, de forma adequada a cada nível de educação e ensino. Estas traduzem-se num diversificado leque de atividades e projetos consagrados no Plano Anual de Atividades.

4. Domínios

Os diferentes domínios da Educação para a Cidadania estão organizados em três grupos com implicações diferenciadas: o primeiro, obrigatório para todos os níveis e ciclos de escolaridade (porque se trata de áreas transversais e longitudinais); o segundo, pelo menos em dois ciclos do ensino básico; o terceiro com aplicação opcional em qualquer ano de escolaridade.

Grupos de Domínios

1.º Grupo	2.º Grupo	3.º Grupo
<ul style="list-style-type: none">✓ Direitos Humanos✓ Igualdade de Género✓ Interculturalidade✓ Desenvolvimento Sustentável✓ Educação Ambiental✓ Saúde	<ul style="list-style-type: none">✓ Sexualidade✓ Media✓ Instituições e participação democrática✓ Literacia financeira e educação para o consumo✓ Segurança rodoviária✓ Risco	<ul style="list-style-type: none">✓ Empreendedorismo✓ Mundo do Trabalho✓ Segurança, Defesa e Paz✓ Bem-estar animal✓ Voluntariado

A organização dos diferentes domínios por ano de escolaridade, em cada um dos ciclos, deve ser definido pelo Conselho de Turma, no início do ano letivo, em função do perfil de cada uma das turmas, numa lógica sequencial. A matriz de domínios definidos por cada ano de ensino deve ficar evidente no relatório anual.

Os referenciais de educação elaborados pelo Ministério da Educação, em colaboração com 10 outros organismos e instituições públicas e diversos parceiros da sociedade civil, assumem-se como documentos de referência para os domínios a desenvolver na Cidadania e Desenvolvimento, encontram-se disponibilizados no Ponto 4 deste documento.

Todos os domínios devem ser encarados como intercomunicantes, tendo por base uma visão holística dos/as alunos/as, sendo que a sua abordagem deverá privilegiar o contributo de cada um para o desenvolvimento dos princípios, dos valores e das áreas de competências do *Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória*.

Apresenta-se de seguida uma breve descrição de cada um dos domínios previstos.

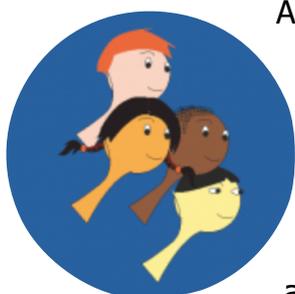
Domínios da Educação para a Cidadania



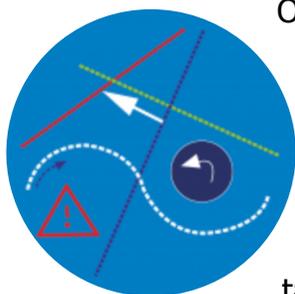
Os **Direitos Humanos**, enquanto domínio da Educação para a Cidadania / Cidadania e Desenvolvimento, visam promover uma cultura de direitos humanos e de liberdades fundamentais, em todos os aspetos da vida das pessoas, contribuindo para que as crianças e os jovens adquiram os conhecimentos, capacidades, valores e atitudes que lhes permitam compreender, exercer e defender os Direitos Humanos, assumindo o respeito por estes como responsabilidade de todas as pessoas, em prol de um mundo de paz, justiça, liberdade e democracia.



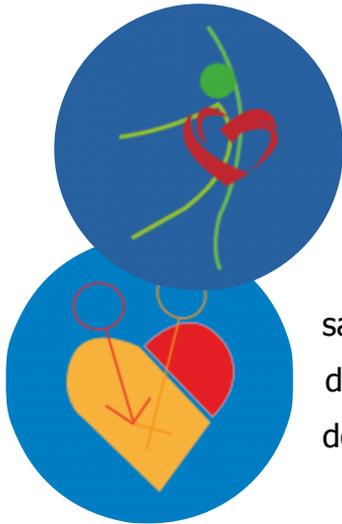
A Educação para a **Igualdade de Género** pretende incentivar os alunos a conhecer o Conceito Igualdade de Género. Com isso, procura promover igualmente os direitos das mulheres e das raparigas e a igualdade de género em vários planos – político, económico, social e cultural –, contribuindo para a eliminação de estereótipos.



A Educação para a **Interculturalidade** pretende incentivar os alunos a conhecer os conceitos de identidade e pertença, cultura(s), pluralismo e diversidade cultural. Procura-se compreender causas e formas de discriminação, racismo e xenofobia para se promover o diálogo intercultural (incluindo inter-religioso) e o fenómeno de globalização e a sua relação com migrações, etnicidade e inclusão.



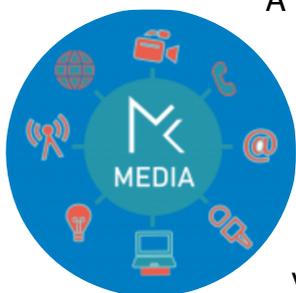
O domínio **Segurança Rodoviária** visa o desenvolvimento de uma cultura de prevenção e de segurança rodoviárias por parte dos cidadãos, crianças, jovens e adultos, de modo a promover a sua integração segura no ambiente rodoviário. Este processo, que implica aquisição de conhecimentos e desenvolvimento de capacidades, tem também implícita uma perspetiva de mobilidade sustentável.



A Educação para a **Saúde e Sexualidade** pretendem dotar as crianças e os jovens de conhecimentos, atitudes e valores que os ajudem a fazer opções e a tomar decisões adequadas à sua saúde e ao seu bemestar físico, social e mental. A escola deve providenciar informações rigorosas relacionadas com a proteção da saúde e a prevenção do risco, nomeadamente na área da sexualidade, da violência, do comportamento alimentar, do consumo de substâncias, do sedentarismo e dos acidentes em contexto escolar e doméstico.



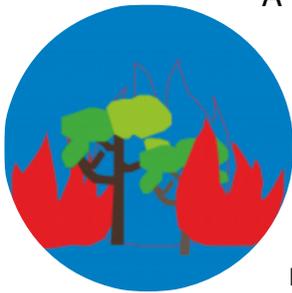
A **Educação Ambiental** e o **Desenvolvimento Sustentável** pretendem promover um processo de consciencialização ambiental, de promoção de valores, de mudança de atitudes e de comportamentos face ao ambiente, de forma a preparar os alunos para o exercício de uma cidadania consciente, dinâmica e informada face às problemáticas ambientais atuais. Neste contexto, é importante que os alunos aprendam a utilizar o conhecimento para interpretar e avaliar a realidade envolvente, para formular e debater argumentos, para sustentar posições e opções, capacidades fundamentais para a participação ativa na tomada de decisões fundamentadas no mundo atual.



A Educação para os **Media** pretende incentivar os alunos a utilizar e a interpretar os meios de comunicação social, nomeadamente no acesso e na utilização das tecnologias de informação e comunicação, visando a adoção de comportamentos e atitudes adequadas a uma utilização crítica e segura das tecnologias digitais. Valores como imparcialidade, verdade, compromisso com a ética, têm de ser apreendidos. É premente responder à utilização esclarecida de fontes de informação diversas e também das tecnologias de informação e de comunicação. Não basta ter informação, é preciso saber pensá-la para a distinguir de desinformação.



O domínio **Instituições e Participação Democrática** pretende incentivar os alunos a refletir sobre os conceitos de cidadania ativa, democracia representativa e democracia participativa, bem como a incentivá-los a pôr em prática esses mesmos conceitos. Pretende igualmente proporcionar os meios para que reflitam sobre o lugar de Portugal na Europa e no Mundo e sobre o seu papel na construção de uma comunidade europeia.



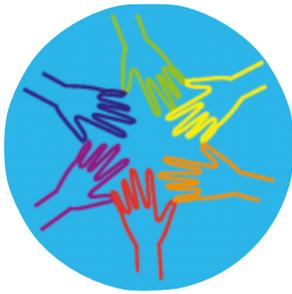
A Educação para o **Risco** é um domínio focado na ação que visa promover o conhecimento do conceito de Risco no âmbito da Proteção Civil, e desenvolver, desde cedo, uma cultura de segurança, consubstanciada em atitudes e comportamentos de prevenção, de minimização e de autoproteção perante os riscos naturais, tecnológicos e mistos.



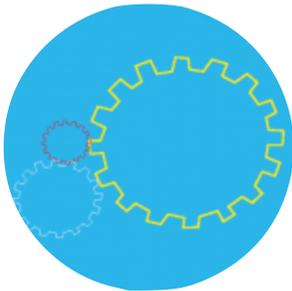
O domínio **Literacia Financeira e Educação para o Consumo** permite aos jovens a aquisição e desenvolvimento de conhecimentos e capacidades fundamentais para as decisões que, no presente e no futuro, tenham que tomar sobre as suas finanças pessoais, habilitando-os como consumidores a lidar com a crescente complexidade dos contextos e instrumentos financeiros. Numa perspetiva mais abrangente pretende-se disponibilizar informação que sustente opções individuais de escolha mais criteriosas, contribuindo para comportamentos solidários e responsáveis do aluno enquanto consumidor, no contexto do sistema socioeconómico e cultural onde se articulam os direitos do indivíduo e as suas responsabilidades face ao desenvolvimento sustentável e ao bem comum.



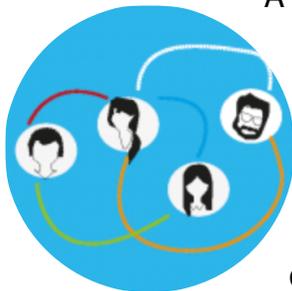
O domínio **Bem-estar Animal** pretende proporcionar o conhecimento da história do animal na sociedade, a compreensão e reflexão sobre os conceitos de Bem-estar, e os fundamentos éticos dos direitos dos animais.



A Educação para o **Voluntariado** pretende incentivar os alunos a conhecer, refletir e problematizar sobre os conceitos de voluntariado e de voluntário, as suas motivações, direitos e deveres.



A Educação para o **Empreendedorismo** pretende incentivar os alunos a desenvolverem competências empreendedoras, a agirem sobre oportunidades, a gerarem ideias e a transformá-las em valor para os outros. O valor criado pode ser social, financeiro ou cultural. Estas competências referem-se à criatividade, pensamento crítico, resolução de problemas, iniciativa, perseverança, trabalho colaborativo, planear, gerir projetos.



A Educação para o **Mundo do Trabalho** pretende incentivar os alunos a conhecer, refletir e problematizar conceitos essenciais relacionados com: trabalho digno; segurança e saúde no trabalho; trabalho, igualdade de oportunidades e não discriminação; fatores individuais e fenómenos de grupo numa organização; transição para o mercado de trabalho.



Com a Educação para a **Segurança, Defesa e Paz**, pretende-se incentivar os alunos a conhecer, refletir e agir em torno de questões como a segurança, os novos riscos, perigos e ameaças emergentes num mundo globalizado, interdependente e em mutação contínua, bem como a familiarizar-se com as condições e instrumentos que favorecem a construção e preservação da paz. As atividades de aprendizagem deverão combinar a perspetiva individual com a compreensão da inserção geopolítica de Portugal e do papel das instituições internacionais cuja função primordial é assegurar a paz, a cooperação e a preservação dos direitos humanos.

5. Projetos

A Cidadania não se aprende por processos retóricos e ensino transmissivos, mas por processos vivenciais que sustentam a cultura escolar, assente numa lógica de corresponsabilização entre todos os intervenientes da comunidade educativa. Assim sendo, a sua inserção no currículo requer uma abordagem transversal, tanto nas diversas áreas disciplinares como em atividades e projetos, desde a educação pré-escolar ao ensino secundário.

Desta forma, as estratégias e ações desenvolvidas na sua alçada devem primar pela implementação de metodologias de trabalho de projeto, de cariz variado, favorecendo, sempre que possível, o desenvolvimento de práticas pedagógicas na escola ligadas a experiências reais de participação e de vivência de cidadania, de acordo com o nível de ensino. Consequentemente, é fundamental valorizar as especificidades da região, permitindo que o discente desenvolva a sua dimensão cívica em plena articulação com o contexto social e cultural em que se insere.

Por conseguinte, no desenvolvimento de ações, projetos e processos no âmbito da Cidadania e Desenvolvimento devem favorecer-se metodologias didático-pedagógicas centradas no aluno e que permitam:

- ✓ Diligenciar sistematicamente e intencionalmente, na sala de aula e fora dela, atividades que permitam ao aluno fazer escolhas, comparar pontos de vista, resolver problemas e tomar decisões com base em valores;
- ✓ Construir aprendizagens através da experimentação de técnicas, instrumentos e formas de trabalho diversificados, promovendo atividades de observação, indagação da realidade e incorporação de saberes;
- ✓ Desenvolver atividades cooperativas de aprendizagem, orientadas para a troca e integração de saberes, a tomada de consciência de si, dos outros e do meio;
- ✓ Organizar o ensino prevendo a utilização crítica de fontes de informação diversas e das tecnologias da informação e comunicação;
- ✓ Valorizar, na avaliação das aprendizagens do aluno, o trabalho de livre iniciativa, estimulando a intervenção positiva no meio escolar e na comunidade.

A abordagem curricular da Educação para a Cidadania perspectiva-se também ao nível global de escola, para o qual contribuem as intervenções de impacto na comunidade, dentro e fora do espaço escolar. Assim, projetos desenvolvidos no âmbito da componente curricular de Cidadania e Desenvolvimento, bem como outros realizados na escola num regime de *Whole School Approach*, articular-se-ão com a Estratégia de Educação para a Cidadania na Escola, devendo recorrer, quando possível e/ou necessário, a parcerias relevantes (ver Ponto 6).

Sem pretensão a uma listagem exaustiva de atividades, apresentam-se algumas propostas:

- ✓ campanhas de recolha seletiva com vista à reciclagem, redução de desperdício e reutilização de materiais;
- ✓ colaboração em campanhas do Banco Alimentar;
- ✓ recolha e doação de livros, brinquedos, vestuário, calçado, ...;
- ✓ participação em atividades culturais e ambientais em parceria com as várias entidades da comunidade;
- ✓ atividades de voluntariado em IPSS ou outras instituições/serviços.

Os projetos a desenvolver devem ser planeados, sempre que possível, pelos alunos da turma e respetivo Conselho, respeitando os domínios selecionados para o ano de escolaridade. Pretende-se que os estudantes desenvolvam e participem ativamente em todas as fases do projeto. Estes devem potenciar o desenvolvimento de competências e a aquisição de múltiplas literacias, alinhando-as com os conteúdos programáticos, as competências essenciais e as atividades inerentes a cada disciplina/área. Sugere-se, como forma de operacionalização (Figura 3), as seguintes etapas:

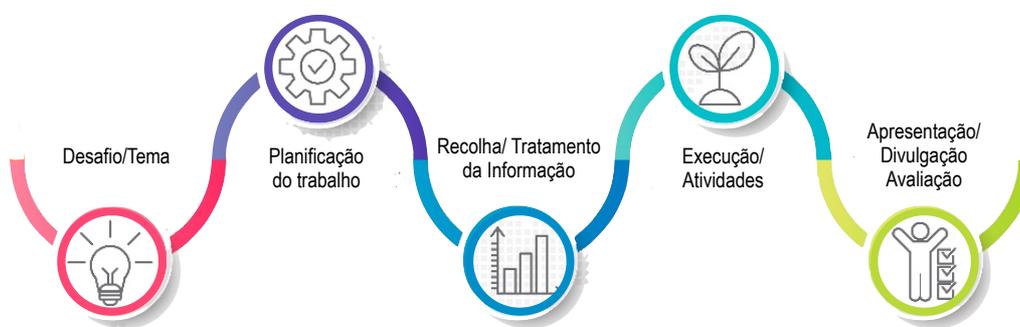


Figura 3 – Operacionalização do trabalho de projeto.

6. Parcerias

A articulação com entidades externas à escola assume, no desenvolvimento de projetos, um papel essencial, uma vez que os alunos aprendem através de desafios da vida real, indo para além da sala de aula e da escola, percebendo que as suas decisões e ações concorrem não só para o seu futuro pessoal, mas também para o futuro do país e do mundo. Estas parcerias poderão ser regionais, nacionais e/ou internacionais.

Contudo, a concepção e o desenvolvimento de projetos assentes nas necessidades, recursos e potencialidades da comunidade a que pertencem possibilitam que os/as alunos/as, de forma contextualizada e mais direta, desenvolvam experiências reais de participação e de vivência da cidadania.

Assim, deve valorizar-se o trabalho em rede na escola, articulando com quer com estruturas internas, quer com estruturas externas. Ilustra-se, de seguida, alguns dos parceiros estratégicos que poderão ser envolvidos nas ações dinamizadas ao abrigo da Cidadania e Desenvolvimento.

Projetos e Parceiros

Internos	Externos
✓ Projetos Erasmus+	✓ Juntas de Freguesia
✓ Biblioteca Escolar	✓ Câmara Municipal de AH
✓ Clube de Proteção Civil	✓ Câmara Municipal da PV
✓ Projeto EcoEscolas	✓ Biblioteca Municipal e Arquivo Regional
✓ Desporto Escolar	✓ Parlamento de Jovens
✓ Saúde Escolar	✓ Delegação Regional de Saúde
✓ Clube de Artes	✓ Unidades locais de saúde
✓ Clube Música	✓ Cruz Vermelha
✓ Clube Europeu	✓ Proteção Civil
✓ Clube de Robótica	✓ Observatório do Mar
✓ Rede AspNET Escolas UNESCO	✓ Os Montanheiros
✓ Escola Azul	✓ Cáritas
	✓ Associações de Defesa dos Animais
	✓ Centros de Ciência
	✓ Meios de Comunicação local ou regional

7. Avaliação das Aprendizagens

As aprendizagens na disciplina de Cidadania e Desenvolvimento alicerçam-se no desenvolvimento de competências cognitivas, pessoais, sociais e emocionais, ancoradas no currículo e construídas sobre experiências do quotidiano real, e como tal, indo muito além da sala de aula ou da escola. Pretende-se que os alunos aprendam, tomando em linha de conta as implicações das suas decisões e ações, tanto para o seu futuro individual como coletivo. Antecipam-se, como principais aprendizagens:

- ✓ Conceção de uma cidadania ativa e não abstrata;
- ✓ Identificação de competências essenciais de formação cidadã ou de democracia;
- ✓ Identificação de domínios essenciais.

A componente de Cidadania e Desenvolvimento é objeto de avaliação, em todos os níveis e ciclos de ensino, em conformidade com a sua presença nas matrizes curriculares-base e no quadro da legislação em vigor. Os critérios de avaliação são definidos pelo Conselho de Turma e pela escola, e aprovados pelo Conselho Pedagógico, devendo considerar-se o impacto da participação dos alunos nas atividades realizadas na escola e na comunidade.

A avaliação interna das aprendizagens no âmbito da Cidadania e Desenvolvimento, à semelhança das restantes disciplinas, é da responsabilidade dos professores e dos órgãos de administração e gestão, de coordenação e supervisão pedagógica da escola, a quem competirá os procedimentos adequados a cada um dos modos de organização e funcionamento da referida componente. Tendo em conta as características desta componente, a avaliação deverá ser realizada de forma contínua e sistemática, adaptada aos avaliados, às atividades e aos contextos em que ocorre.

Assim, as formas de recolha de informação deverão ser diversificadas e devem ser utilizadas diferentes técnicas e instrumentos de avaliação, ajustados ao projeto e valorizando o desenvolvimento das aprendizagens, como disso sejam exemplo:

Trabalho de projeto	Assembleias/Fóruns	Palestras e Workshops
Trabalho de Grupo	Pesquisas orientadas	Elaboração /Preenchimento / análise de inquéritos
Debates	Visionamento /exploração de filmes e documentários	Dramatizações
Produções em diversos suportes	Visitas ou aulas de exterior	Apresentações
Presença na escola de membros da comunidade e convidados	Campanhas /Ações	Leitura, análise e discussão de documentos

De acordo com o estipulado no artigo 28º do Decreto-Lei nº 55/2018, de 6 de julho, a avaliação sumativa de Cidadania e Desenvolvimento, materializa-se da seguinte forma:

Ciclo	Operacionalização
1.º ciclo	A C&D é avaliada como as restantes componentes do currículo, através da atribuição de uma menção qualitativa acompanhada de uma apreciação descritiva.
2º e 3º ciclos	A C&D é avaliada de forma quantitativa, com níveis de 1 a 5.

De acordo com o n.º 6 do artigo 9.º da Portaria Regional n.º 59/2020, de 28 de agosto, nos 2.º e 3.º ciclos, na área curricular de Cidadania e Desenvolvimento, enquanto área curricular autónoma, a informação resultante da avaliação sumativa expressa-se na atribuição de uma menção qualitativa de Muito Bom, Bom, Suficiente e Insuficiente, acompanhada de uma apreciação descritiva sobre a evolução das aprendizagens do aluno, nomeadamente quanto às áreas a melhorar ou a consolidar, a inscrever na ficha de registo de avaliação.

8. Avaliação da EECE

A monitorização e avaliação da Estratégia de Educação para a Cidadania na Escola (EECE) efetivar-se-á em diferentes fases, consistindo em balanços – intermédio e anual.

Balanço
intermédio

- Aferição do trabalho desenvolvido no âmbito dos Domínios de Educação para a Cidadania, registado em ata de reuniões de avaliação semestral, de cada Conselho de Turma das turmas de cada ciclo de escolaridade;
- Levantamento de recursos utilizados e parcerias efetivadas;
- Identificação de boas práticas no seio escolar e na comunidade envolvente.

Balanço
anual

- Análise dos dados recolhidos no balanço anual;
- Análise SWOT (identificação de pontos fortes e fracos, oportunidades e ameaças) à EECE;
- Análise às propostas de melhoria e sugestões efetuadas pelos diversos intervenientes da comunidade educativa;
- Análise da avaliação anual efetuada junto de docentes, alunos e encarregados de educação, por intermédio da aplicação de um questionário em formato digital;
- Análise de eventuais recomendações da Equipa Nacional de Educação para a Cidadania.

No final do ano letivo deve concretizar-se numa reflexão que possibilite validar e/ou reorientar as linhas de atuação, permitindo:

- avaliar o grau de consecução dos objetivos estabelecidos;
- avaliar o desenvolvimento e impacto das distintas atividades, bem como a forma como estas se articulam para promover o sucesso dos alunos;
- verificar a articulação entre a EECE, o Plano Anual de Atividades e os objetivos do Projeto Educativo;
- verificar a contribuição da implementação da EECE para as metas e objetivos propostos no PEA;
- assegurar o envolvimento dos intervenientes nos processos de reflexão e nas estratégias de melhoria a implementar.

Esta reflexão deverá constar do Relatório de Implementação da EECE, a realizar no final de cada ano letivo, da responsabilidade do Coordenador da EECE. Neste relatório deve ainda constar as necessidades de formação contínua de docentes neste domínio, devendo as mesmas ser comunicadas à Coordenação Regional.

9. Documentos de Referência

Nacionais

- Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania
https://www.dge.mec.pt/sites/default/files/Projetos_Curriculares/Aprendizagens_Essenciais/estrategia_cidadania_original.pdf
- Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória
http://dge.mec.pt/sites/default/files/Curriculo/Projeto_Autonomia_e_Flexibilidade/perfil_dos_alunos.pdf
- Aprendizagens Essenciais - Ensino Básico
<http://www.dge.mec.pt/aprendizagens-essenciais-ensino-basico>
- Referencial de Educação Financeira para a Educação Pré-Escolar, o Ensino Básico, o Ensino Secundário
http://www.dge.mec.pt/sites/default/files/ECidadania/Referenciais/referencial_de_educacao_financeira_final_versao_port.pdf
- Referencial de Educação para a Saúde
http://www.dge.mec.pt/sites/default/files/Esauade/referencial_educacao_saude_original_4julho2017_horizontal.pdf
- Referencial de Educação para a Segurança, a Defesa e a Paz
http://dge.mec.pt/sites/default/files/ECidadania/educacao_para_a_Defesa_a_Seguranca_e_a_Paz/documentos/referencial_seguranca_online2016.pdf
- Referencial de Educação para o Desenvolvimento – Educação Pré-Escolar, Ensino Básico e Ensino Secundário
http://www.dge.mec.pt/sites/default/files/ECidadania/educacao_desenvolvimento/Documentos/referencial_de_educacao_para_o_desenvolvimento.pdf
- Referencial de Educação para o Risco (RERisco)
http://www.dge.mec.pt/sites/default/files/ECidadania/educacao_Risco/documentos/referencial_risco_outubro.pdf
- Referencial de Educação para os Media para a Educação Pré-Escolar, o Ensino Básico e o Ensino Secundário
https://www.dge.mec.pt/sites/default/files/ficheiros/referencial_educacao_media_2014.pdf
- Referencial de Educação Rodoviária para a Educação Pré-Escolar e Ensino Básico
http://www.dge.mec.pt/sites/default/files/ficheiros/referencial_edu_rod_epe_eb_2012.pdf
- Referencial Dimensão Europeia da Educação para a Educação Pré-Escolar, o Ensino Básico e o Ensino Secundário
http://www.dge.mec.pt/sites/default/files/ECidadania/Dimensao_Europeia_Educacao/referencial_dimensao_europeia.pdf

- Referencial de Educação Ambiental para a Sustentabilidade
http://www.dge.mec.pt/sites/default/files/ECidadania/ref_sustentabilidade.pdf

- Referencial de Educação do Consumidor
http://dge.mec.pt/sites/default/files/ECidadania/Referenciais/referencial_de_educacao_do_consumidor_educacao_pre-escolar_ensino_basico_e_ensino_secundario.pdf

- Referencial de Educação para o Mundo do Trabalho
<https://cidadania.dge.mec.pt/sites/default/files/pdfs/referencial-mundo-trabalhovf.pdf>

Internacionais

- Declaração Universal dos Direitos Humanos, 1948
<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001394/139423por.pdf>

- Convenção Europeia dos Direitos Humanos, 1950
http://www.dge.mec.pt/sites/default/files/ECidadania/Docs_referencia/convencao_europeia_direitos_humanos.pdf

- Declaração Universal dos Direitos da Criança, 1959
http://www.dge.mec.pt/sites/default/files/ECidadania/Docs_referencia/declaracao_universal_direitos_crianca.pdf

- Convenção sobre os Direitos da Criança, 1989
http://www.dge.mec.pt/sites/default/files/ECidadania/Docs_referencia/convencao_direitos_crianca.pdf

- Carta do Conselho da Europa sobre Educação para a Cidadania Democrática e para os Direitos Humanos, 2010 (Versão reduzida da Carta)
http://www.dge.mec.pt/sites/default/files/ECidadania/Docs_referencia/charter_pt_pocket.pdf

- Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)
<http://www.dge.mec.pt/objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel-ods>

- Educação para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: Objetivos de aprendizagem, UNESCO, 2017
<http://unesdoc.unesco.org/images/0025/002521/252197POR.pdf>

- Relatório Delors Educação: Um Tesouro a Descobrir
http://dhnet.org.br/dados/relatorios/a_pdf/r_unesco_educ_tesouro_descobrir.pdf



**Escola Básica Integrada
Francisco Ferreira Drummond**